



MUNICÍPIO DE BORBA

Praça da República - 7150-249 Borba . Telef.: 268 891 630 . Fax: 268 894 806 . e-mail: angelo.sa@cm-borba.pt
http://www.cm-borba.pt - Contribuinte n.º 503 956 546

ACTA N.º.17/2004 REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BORBA REALIZADA NO DIA 15 DE SETEMBRO DE 2004

Aos quinze dias do mês de Setembro do ano de dois mil e quatro, no Salão Nobre dos Paços do Concelho da Vila de Borba, reuniu pelas dez horas a Câmara Municipal de Borba, com a presença dos vereadores eleitos pelo Partido Socialista, Artur João Rebola Pombeiro e Humberto Luís Russo Ratado, vereadores eleitos pela CDU Joaquim José Serra Silva e Vicente Manuel Ameixa Ermitão, sob a Presidência do Sr. Dr. Ângelo João Guarda Verdades de Sá, Presidente da mesma Câmara.-----

Como secretária à reunião esteve presente a funcionária Aldina Vitória Bilro Vinhas do Maio, Assistente Administrativa Especialista da Câmara Municipal de Borba.-----

Movimento Financeiro-----

Foi distribuído e presente o resumo diário de tesouraria do dia catorze de Setembro de 2004, que acusa um total de disponibilidades de **348.136,05 (trezentos e quarenta e oito mil cento e trinta e seis euros e cinquenta cêntimos)**.-----

----PONTO 1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA--

O Sr. Presidente declarou aberta a reunião, começando por referir que esta é uma reunião pública, e como todos já verificaram há público presente para certamente intervir nesta reunião. Perguntou, então, ao restante executivo se havia algum inconveniente que o período de intervenção do público tivesse início, agora, neste período para que as pessoas presentes não tivessem que esperar pelos restantes pontos da ordem do dia.-----

Usou da palavra o vereador eleito pela CDU, Joaquim Serra referindo, que se isso está enquadrado na figura do Regimento, ou seja, se não indica quando deverá ocorrer este período, não vê qualquer inconveniente.-----

Entretanto, o Sr. Presidente informou que o Regimento nada refere e passou a ler o que diz o artigo 9º do Regimento da Câmara Municipal de

Borba, ou seja: “1. Nas reuniões públicas é fixado um período para intervenção aberta ao público, a ser distribuído pelos inscritos e durante o qual serão prestados os esclarecimentos solicitados. 2. A nenhum cidadão é permitido, sob qualquer pretexto, intrometer-se nas discussões e aplaudir ou reprovar as opiniões emitidas, as votações feitas e as deliberações tomadas.” Assim, o Sr. Presidente, referiu que também não vê qualquer inconveniente e deu por aberto o Período de Intervenção do Público:-----

-----Período de Intervenção do Público-----

O Sr. Presidente passou a palavra aos presentes pedindo que se identificassem, antes de começarem a intervir.-----

Usou, então, da palavra o Sr. Arqº. Jorge Paixão referindo ser proprietário de uns terrenos situados perto do Bosque (em Borba) onde a Câmara prevê a localização de um novo Bairro, cujas construções presume que sejam em chapa, para albergar umas famílias carenciadas. Referiu que ele e o público presente já estiveram na Câmara, numa reunião com o Sr. Presidente, e hoje pretendiam saber se já tem mais algumas indicações para além daquelas que lhes foram transmitidas nessa reunião que tiveram há cerca de 3 semanas.-----

Usou da palavra o Sr. Presidente referindo que vai explicar o que se passou em relação a este assunto, para que todos os presentes entendam melhor. Munido da pasta do processo, o Sr. Presidente começou por informar que em 10 de Agosto foi recebido, nesta Câmara, um abaixo-assinado sobre o qual não se vai pronunciar porque já teve oportunidade de o fazer, na reunião atrás mencionada, com parte das pessoas que o assinaram. Ficou então a saber, através de outro abaixo-assinado que entretanto recebeu, que as pessoas com quem reuniu tinham pensado em participar numa reunião de Câmara que estava prevista para dia 25 de Agosto mas, como é do conhecimento dos restantes eleitos, esta reunião (de 25 de Agosto) só se realizaria se houvesse assuntos relevantes, caso não houvesse a reunião realizar-se-ia dia 01 de Setembro, tal como aconteceu. Entretanto, dia 26 de Agosto (dia de atendimento ao público), estiveram presentes nesta autarquia, para serem atendidos, o Sr. Arqº. Jorge Paixão e outras pessoas. Foram recebidos e o assunto apresentado foi o que se prende com a questão do referido abaixo-assinado, ou seja, a instalação das famílias de etnia cigana no espaço junto à Zona Industrial da Cruz de Cristo. Nesse dia foi-lhes transmitido que haveria uma reunião com todos os intervenientes no processo para posteriormente lhes explicar o assunto. Informou que já se realizou, ontem, a 1ª reunião e, em princípio, hoje vai realizar-se outra reunião com técnicos da Segurança Social, porque o período que decorreu (26 de Agosto até à 1ª quinzena de Setembro) foi um período de férias. Por isso, logo que possível, será marcada a reunião com

os intervenientes do processo, na qual será apresentado o projecto, tal como ficou combinado no dia 26 de Agosto último.-----

Usou da palavra o Arqº Jorge Paixão perguntando ao Sr. Presidente se isto significa que o assunto não vai ser repensado, e ponderadas todas as situações que foram apresentadas na tal reunião de 26 de Agosto.-----

O Sr. Presidente referiu que pensa que a maior parte das pessoas que subscrevem o abaixo-assinado, e até algumas das que estão aqui presentes, não estão devidamente informadas. Deduz isto pela intervenção que foi feita pelo Arqº Jorge Paixão quando volta a referir a palavra “construção” porque, na sua opinião, considera que não vai haver nenhuma construção. Pensa que o Sr. Arqº., melhor do que outros, sabe que neste caso construir é colocar tijolo em cima de tijolo, pelo menos, este é o conceito que tem.-----

Interveio o Sr. Arqº Jorge Paixão frisando que nos Estados Unidos da América, no Canadá, na Suíça, na Alemanha, etc., a construção é exactamente do tipo da que a Câmara propõe para aquele local e, são construções definitivas, a não ser em caso de tempestades, ciclones ou furacões, como acontece aquilo que se vê nos telejornais dos últimos dias. Não se pode dizer que a construção é provisória, precária ou temporária quando ela, de facto, é definitiva. Uma construção metálica poderá ser mais resistente do que uma construção em tijolo e não se podem estar a falsear as questões, ou seja, em termos técnicos não se pode chamar de provisório ou precário àquilo que em países muito mais evoluídos do que o nosso é considerado “para sempre”. Assim coloca a seguinte questão: tal como a legislação prevê, em casos deste tipo de atitudes que prejudiquem todos aqueles proprietários, quem se vai responsabilizar pelos danos causados a toda aquela população que ali reside. As pessoas devem perceber que estão a causar enormes prejuízos aos munícipes e têm que ter a franqueza de se responsabilizar por esses mesmos prejuízos. A Câmara precisa de nos dar alguma explicação em relação a isto – referiu o Sr. Arqº Jorge Paixão.-----

Usou da palavra o Sr. Presidente referindo que, neste momento, a única coisa que a Câmara pode dizer é que as razões que foram invocadas na reunião de 26 de Agosto têm que ver, fundamentalmente, com hipotéticos roubos que possam acontecer.-----

“Não necessariamente – salientou o Sr. Arqº Jorge Paixão”.-----

“Desculpe Sr. Arqº. mas eu escrevi aquilo que as pessoas disseram e, algumas pessoas também afirmaram que a localização daquelas casas provisórias vão desvalorizar os terrenos da Zona Industrial – realçou o Sr. Presidente”.-----

“Não é única e exclusivamente a localização das casas provisórias, é toda a problemática que depois vai surgir com a circulação de pessoas, crianças e animais no meio daquela estrada – referiu o Sr. Arqº. Jorge Paixão”.-----

“Mas essa é uma questão que poderá surgir à posteriori pois, neste momento, as crianças também andam na estrada – referiu o Sr. Presidente”.

O Sr. Arqº. Jorge Paixão referiu que a desvalorização de todas aquelas casas não surge à posteriori. A título de exemplo referiu: se este senhor, que está aqui sentado ao meu lado, quiser vender, hoje, a propriedade que lá tem, ninguém a quer, só a Câmara – só que a Câmara não lhe paga o justo valor.

Entretanto o Sr. Presidente salientou que isso é um assunto que pode ser tratado com o proprietário à posteriori. Afinal, estão aqui para tratar um assunto – perguntou, então, o Sr. Arqº Jorge Paixão quer saber o quê? -----

“Quero conhecer o projecto daquele bairro e quero que a Câmara autorize, hoje, para que depois seja tonado público, a construção desse tipo de edifícios e moradias aqui no concelho de Borba, para eu poder também na minha vinha e nos meus terrenos fazer um aldeamento de barracas destas – respondeu o Sr. Arqº Jorge Paixão”

“Sr. Arqº. eu nem sequer lhe vou responder a esse assunto porque acho que não vale a pena – frisou o Sr. Presidente”.

Entretanto o Sr. Arqº. Jorge Paixão leu o que consta no PDM, relativamente aos espaços rurais, e referiu tratar-se de uma série de proibições que o PDM descreve e não sabe com que argumentos a própria Câmara vai contrariar tudo isto que mantém aprovado.

Interveio o Sr. Presidente sublinhando que já disse ao Arqº Jorge Paixão na reunião de 26 de Agosto e, hoje continua a dizer-lhe que estão a ser ponderadas todas as hipóteses. O projecto ainda não está feito porque não se sabe ainda qual a tipologia das casas que vão ser instaladas, tal como foi dito naquela reunião e, também tal como ficou combinado. Quando a tipologia estiver definida e o projecto completo, far-se-á uma reunião com as pessoas que subscreveram o abaixo-assinado, onde será apresentado o projecto. Ficou também combinado que, quando isso acontecesse, se convocaria um representante porque por vezes quanto mais pessoas se juntam menos fruto dão as reuniões.

“Aquilo que eu não gostava que acontecesse é que a Câmara levasse para a frente uma coisa que a população não quer que se faça. Certamente a Câmara já se apercebeu que há gente suficiente ali à volta que não quer que aquele bairro seja ali implantado, e insistir com isso é um bocadinho de mau gosto – referiu o Sr. Arqº Jorge Paixão.”

“Admito que possa até ser mau para a própria Câmara, em termos políticos – referiu o Sr. Presidente.”

“Não tem a ver com isso, tem única e exclusivamente a ver com o facto das pessoas perceberem uma coisa que é evidente e é clara, ou seja, o prejuízo que estão a causar àquelas pessoas e, esse prejuízo, os Senhores que votaram favoravelmente aquela localização têm que ser responsáveis por

isso. Pela minha parte, serão responsabilizados em devido tempo pelos prejuízos que nos estão a causar. É bom que as pessoas percebam, olhos nos olhos, cara a cara, que me estão a prejudicar gravemente, porque inclusivamente esta Câmara Municipal aprovou-me ali uma unidade de Agro-Turismo que está a ser concluída, e este tipo de bairro destinado para ali está a causar-me sérios prejuízos – frisou o Sr. Arqº Jorge Paixão.”-----

“O Sr. Arqº continua a insistir num “Bairro”... não podemos jogar com as palavras – disse o Sr. Presidente.”-----

“Eu já lhe disse na outra reunião que 22 moradias, mesmo com 52m2, são moradias e constituem um Bairro. Não estamos a falar de 2 moradias estamos a falar de 22, por isso, é um bairro que vai ser ali instalado – insistiu o Sr. Arqº Jorge Paixão.”-----

“O nosso conceito de Bairro já vi que não é o mesmo – sublinhou o Sr. Presidente.”-----

“Há bairros maiores e há bairros mais pequenos e, essa localização penaliza quem está ali a fazer investimentos enormes, muito superiores ao custo total do vosso Bairro e, é bom que as pessoas percebam que não devem causar prejuízos a terceiros – referiu o Sr. Arqº Jorge Paixão.”-----

“Sr. Arqº, já agora, explique lá o que é isso dos prejuízos, que tipo de prejuízos – perguntou o Sr. Presidente.”-----

“Por exemplo o caso da propriedade deste Senhor que está aqui ao meu lado. Quanto acha que vale a propriedade deste Senhor – perguntou o Arqº Jorge Paixão.”-----

“Sr. Arqº desculpe, mas não foi isso que eu lhe perguntei. Da propriedade desse Sr. posso falar eu e ele. O Sr. Arqº falou, agora, dos prejuízos da sua propriedade e eu agradecia que me respondesse claramente quais são esses prejuízos – perguntou o Sr. Presidente.”-----

“Os prejuízos são a desvalorização da minha propriedade, e a penalização que eu vou sofrer por todos os eventuais clientes, da minha unidade de Agro-Turismo, não quererem atravessar aquele Bairro para chegarem à minha propriedade – respondeu o Sr. Arqº Jorge Paixão.”-----

“Acha que isso é desvalorizar – perguntou o Sr. Presidente.”-----

“Acho que é uma desvalorização enorme – respondeu o Arqº Jorge Paixão.”-----

Entretanto usou da palavra a Senhora D. Ana Paixão e perguntou ao Sr. Presidente se sairia do seu sítio de residência e iria passar umas férias a uma unidade de Agro-Turismo onde fosse perturbado por pessoas de etnia cigana?-----

Seguidamente o Sr. Arqº Jorge Paixão referiu que não admite a ninguém, nem ao Sr. vereador, que se esteja a rir na cara da sua mulher.-----

“Eu não me estou a rir e não sei se é sua esposa se não... referiu o vereador Humberto Ratado.”-----

“É minha esposa e merece todo o respeito como qualquer um dos cidadãos que aqui está – disse o Sr. Arqº. Jorge Paixão.”-----

Foi então que o vereador Humberto Ratado pediu a palavra e fez a seguinte intervenção: “Ao que me parece o abaixo-assinado, não fala em custos económicos nem em custos que aqui estão a ser falados. O abaixo-assinado fala apenas em condições dignas... boas vontades... que a etnia cigana merece todo o respeito... fala na legislação como há pouco foi referido. São essas boas palavrinhas que aqui vêm. A conversa aqui é outra... fala-se aqui de custos económicos de grandes interesses, etc. À questão que foi colada ao Sr. Presidente, pela Srª. Ana Paixão, eu até respondo: não me importava nada passar por um aldeamento onde haja etnia cigana porque são pessoas como nós, e isso até é referido no abaixo-assinado, porquê não passar num aldeamento onde exista etnia cigana – eu pessoalmente não me importo. Os meus sorrisos não têm nada a ver com ironias nenhuma, surgiram simplesmente porque entendo que o abaixo-assinado não tem nada a ver com aquilo que se está hoje aqui a tratar, que são meramente altos interesses económicos. Além do mais isto é um problema social... o Sr. Arqº. Jorge Paixão há pouco fez referência que a maioria desta Câmara aprovou esta decisão (que está a ser tratada com quem deve ser tratada) e fez também referência à valorização das propriedades das pessoas e quem iriam ser os responsáveis por esses prejuízos. Eu também aqui deixo uma questão no ar... quem são os responsáveis pelos prejuízos causados, se é que os há, aos moradores do local onde a etnia cigana está instalada neste momento? Certamente que também há, ou houve, alguns prejuízos causados. Penso que não devemos olhar por uma questão de prejuízos económicos, devemos olhar sim por uma questão social .”-----

Pediu a palavra o Sr. António Queijinho referindo que os moradores da Zona da Cerca, talvez cerca de 90% deles, quando compraram os terrenos já os ciganos lá estavam instalados, e compraram até terrenos mais baratos que o valor real deles porque eles estavam lá implantados, mas mesmo assim tem empurrado os ciganos que já vão chegando às Mós.-----

Usou da palavra o Sr. Presidente referindo que a D. Ana Paixão lhe colocou uma questão directamente, à qual ele responde que é óbvio que passaria, pois são pessoas como nós.-----

Usou da palavra a D. Ana Paixão referindo que acredita que são pessoas como nós, no entanto, acha que o espaço é mínimo para meter tanta gente... e será que vai ser criado um parque infantil onde as crianças possam estar integradas... será que vai haver um gabinete onde esteja uma assistente social...?-----

“O Sr. Presidente respondeu: D. Ana, a Senhora nem sequer me deixa apresentar o projecto... e o que ficou combinado, foi que o projecto seria apresentado quando houvesse condições para tal. Se me falar num projecto

social, esse está pronto há bastante tempo, mas não pretendemos apresentar o projecto social sem termos exactamente a tipologia das casas a colocar no espaço. Quando tudo estiver pronto é apresentado o projecto na sua globalidade, tal como ficou combinado. Relativamente à questão do parque infantil, é óbvio que não vai ter. Também no Bairro da Cerca não há um parque infantil, no Bairro do Chalé não há um parque infantil, no Bairro 1º de Maio não há um parque infantil. Há um parque infantil em Borba e a população não justifica que se tenham que fazer tantos parques infantis, embora estejam previstos alguns brinquedos nestes Bairros que acabei de referir, mas não se justifica que naquele espaço se vá fazer um parque infantil para 15 ou 20 crianças.-----

Intervio o Sr. Arqº Jorge Paixão referindo que são 55 crianças que andarão todos os dias a brincar naquelas ruas, e que vão causar enormes sustos a quem por ali passa todos os dias de carro, e no dia em que acontecer um acidente (porque uma criança resolve atravessar atrás de um cão ou atrás de uma bola) eu quero saber quem é que se responsabiliza.”-----

“Certamente o condutor – respondeu o Sr. Presidente”.-----

“Se acontecer comigo e se eu levar uma tarefa como levou o empregado da Fabripan, ou o empregado do Sr. Calado, eu de seguida venho aqui à Câmara pedir responsabilidades a quem – perguntou o Sr. Arqº. Jorge Paixão.”-----

“Sr. Arqº. isso são outras questões – referiu o Sr. Presidente.”-----

“São as questões reais que se vão passar ali. Aquilo não tem condições. Os cidadãos estão a alertar o Sr. Presidente e os Senhores vereadores de que aquilo é um erro “crasso” e que as pessoas têm que ser responsabilizadas, e, eu vou responsabilizá-los em termos políticos e pessoais. No dia, mesmo daqui a dez ou quinze anos, em que acontecer ali alguma coisa eu não venho bater à porta do próximo Presidente da Câmara, eu vou bater à porta de quem votou a aprovação disto, porque são os três, Presidente e vereadores que são os responsáveis pessoais por qualquer coisa que lá venha a surgir – disse o Sr. Arqº. Jorge Paixão.”-----

“Sr. Arqº até lhe fica mal dizer isso – referiu o Sr. Presidente.”-----

“Não fica nada mal, o que fica mal é os senhores fazerem coisas à revelia da Lei e prejudicar terceiras pessoas. Fazer a integração dessas populações, (com as quais eu nunca tive problemas nem preconceitos, nem sou racista) mas integrá-las na sociedade, arranjar-lhes condições condignas para eles serem integrados socialmente. Discriminação racial, empurrá-los para aquele “gueto” e fazer-lhes a mesma porcaria que eles têm ali... interesses económicos são os outros que estão por detrás disso, não são os meus. Não são 120.000 contos de porcaria de um investimento que eu ali tenho que me fazem ser mais rico ou mais pobre. Se for preciso acabo ali com os investimentos e vou fazê-los para Vila Viçosa, onde tenho lá a Quinta do Lobo ... não estão interessados, pois não – perguntou o Sr. Arqº Jorge

Paixão – justifiquem-se com a criação de um “gueto” para ver qual é o argumento que aí têm na cartola.” -----

“Sr. Arqº. desculpe mas penso que se está a exceder e com insinuações graves – frisou o Sr. Presidente. Nós não temos interesses económicos absolutamente nenhuns e o Sr. Arqº sabe que o que está previsto para aquele sítio, onde actualmente a etnia cigana está instalada, é um Pavilhão Multiusos, um Campo de Feiras – são apenas interesses para a população. Já agora deixe-me responder-lhe à questão que me colocou à pouco sobre quem se responsabiliza se houver um atropelamento. O Sr. Arqº tem a carta de condução com eu tenho, tanto pode atropelar uma criança de etnia cigana como pode atropelar outra criança qualquer, por isso, o responsável é sempre quem atropela. Quando o Sr. Arqº diz que pode atropelar uma criança de etnia cigana, se calhar, até a pode atropelar já hoje, pois eles andam todos os dias nas Ruas como andam as outras crianças.”-----

“55 crianças, num sítio daqueles sem condições nenhuma, quando eles começarem a sair da gaiola... está-me a pôr 55 crianças não sei quantas vezes por dia a passar à frente do meu carro... desculpe Sr. Presidente mas não faz sentido nenhum... referiu o Sr. Arqº Jorge Paixão.”-----

“Se são 55 crianças ou não, não sei o número exacto, essas 55 atravessam diariamente as Ruas de Borba, para irem para a Escola e, até agora, que eu tenha conhecimento não houve nenhum atropelamento – salientou o Sr. Presidente.”-----

“Segundo a sua futurologia, garante que não vai haver nenhum atropelamento ali – perguntou o Arqº. Jorge Paixão.”-----

“As únicas pessoas que têm feito futurologia, até agora, são as pessoas que têm dado mais a cara por o abaixo-assinado – respondeu o Sr. Presidente.”-

“A futurologia está prevista na Lei, são situações futuras que se podem adivinhar, o bom senso faz com que determinadas situações possam ser previstas, não é propriamente futurologia, são previsões de coisas que possam vir a acontecer – referiu o Sr. Arqº Jorge Paixão.”-----

“Entretanto o Sr. Presidente realçou o seguinte: Neste momento, há um problema social grave que temos que resolver. Em primeiro lugar as pessoas têm que ser instaladas fora do perímetro urbano. Em segundo lugar, onde haja água, luz e esgotos e, tudo isto já foi referido na reunião de 26 de Agosto. Todas as situações que o Sr. Arqº Jorge Paixão referiu está a ser tudo acautelado e, no dia em que as casas começarem a sair dali, esta Câmara, ou outra que cá estiver, vai responsabilizar-se por repor tudo o que lá está, porque a única coisa que lá foi colocada foi cascalho, e saibro. Temos um problema social para resolver até final do ano, portanto não podemos perder esta oportunidade, porque as condições em que aquelas pessoas estão, neste momento, não se justificam. No sítio onde eles estão actualmente, de acordo com o Plano de Pormenor da Zona Norte, vai passar por ali uma estrada, por isso temos mesmo que os mudar dali. O Sr.

Arqº até sabe, porque já falámos disto várias vezes, que houve todo o esforço por parte desta Câmara, e meu pessoal, em tentar encontrar um local diferente daquele. Houve alguns locais, que hipoteticamente apareceram, cujos custos eram incomportáveis para esta autarquia. Atendendo a que aqueles equipamentos se podem instalar provisoriamente naquele sítio, optou-se por aquela localização. Contudo, sendo aquele equipamento fácil de mudar, em termos futuros, até poderá mudar de sítio. Temos que ser realistas, e posso dizer que é a última oportunidade que Borba tem para poder dar umas condições diferentes e com alguma dignidade àquelas pessoas. Esta foi esta a nossa intenção e não há intenção de prejudicar ninguém. Essa situação que o Sr. Arqº Jorge Paixão levantou da desvalorização das propriedades, poderá ser uma desvalorização temporária, não me pode perguntar, se vai demorar um ano, três, quatro ou cinco, mas penso que esta é uma oportunidade que Borba tem. Imaginamos, agora, que se tinha decidido a instalação provisória da população de etnia cigana noutro local, é obvio que, receberíamos abaixo-assinados dos mais variados sítios. Até podemos estar sujeitos a receber um abaixo-assinado dos moradores da Zona da Cerca a dizer que não os querem lá. Mas já que falo da Cerca, provavelmente até nunca se receberia, nenhum abaixo-assinado, porque as pessoas com quem falo (e há lá pessoas com quem falo com frequência) nunca se queixam e até dizem que se cumprimentam muito bem que falam normalmente e não têm problemas absolutamente nenhuns com a população de etnia cigana. Sinceramente, e sem hipocrisia, não consigo perceber a atitude de algumas pessoas relativamente à instalação provisória de casas pré-fabricadas que podem ser mudadas em qualquer altura.-----

Seguidamente o Sr. Presidente passou a palavra ao vereador Humberto Ratado que, no uso da palavra, frisou o seguinte: “quero fazer referência ao Sr. Arqº. Jorge Paixão que não estou aqui em tom de nenhuma ameaça, pois não é essa a minha forma de estar na vida. O Sr. aponta de uma forma, isso sim é agressividade, pois aqui apenas se gravam as palavras e não os gestos que o Sr. acaba de fazer. Continuando o que interessa, em reunião onde participa a Segurança Social e uma série de entidades, essa questão foi colocada, o “gueto” desviado, mas não é isso que nós queremos. Existe sim a oportunidade de podermos dar às pessoas melhores condições num curto espaço de tempo. Mas o objectivo não é parar por aqui, o objectivo é depois com a Administração Central, ou, com as entidades tais como o INH, etc., fazer o realojamento destas pessoas de etnia cigana e também para as pessoas mais carenciadas. Agora, é apenas um salto, não é definitivo (e isto consta em actas de reuniões que temos tido com as outras entidades) porque também não é solução desviá-los da Cerca, e colocá-los definitivamente noutro local. Mas o Sr. Arqº também

sabe que um realojamento numa habitação social não se faz em dois ou três anos ... com muito empenho talvez se faça..., mas, em que terrenos?----- Este é realmente o nosso objectivo e, depois integrar essa população juntamente com pessoas carenciadas do nosso município, porque eles, divididos numa edificação com condições dignas (habitação social) seguramente se integram facilmente, se forem acompanhados. Nas reuniões que temos tido com a Segurança Social, a área da Saúde, a Santa Casa, isso tem sido falado, em que nos é transmitido que vão estar constantemente a acompanhar e a desenvolver actividades para facilmente os podermos integrar na sociedade e inclusivamente tentar relacionar actividades entre eles e os outros munícipes. A comissão que está a fazer este acompanhamento, não vai parar, porque também não concordamos passá-los de um lado para o outro mas, acreditem que, no momento foi a melhor forma que encontrámos. No entanto, não vamos descorar a hipótese de começar já a trabalhar no sentido de avançar para a integração desta população dentro da nossa sociedade e, é para isso que foi constituída este tipo de comissão de acompanhamento.-----

Foi então dada a palavra ao Sr. vereador Artur Pombeiro, que fez a seguinte intervenção: “Parece-me que este é um problema não só da Câmara mas de toda a população de Borba. Muitas das famílias de etnia cigana são desta vila e aqui se reproduziram. Ouvei aqui as mais diversas fundamentações sobre a questão, tais como: A falta de um parque infantil...(pois já existe um parque infantil em Borba). É evidente que as crianças de etnia cigana utilizam o parque infantil tal como as outras crianças. A falta de uma enfermaria... é evidente que eu também não tenho uma enfermaria na minha Rua, vou ao Centro de Saúde quando necessito e os senhores fazem a mesma coisa. Quanto à questão do abaixo-assinado, parece-me que teria sido muito mais viável, se todos os que o subscreveram se tivessem empenhado mais em ajudar a resolver uma situação social que é de Borba, não só desta Câmara, ou de outra que possa vir, ou até de outras que já passaram, trata-se de um problema de todos. Entendem as pessoas que a Câmara é sempre a responsável por todas estas situações, e terá que continuar a sê-lo durante muitos anos, por isso compreendo que haja alguma agressividade e que o Arqº. Jorge Paixão até esteja um pouco nervoso...-----

O Arqº Jorge Paixão, interrompendo a intervenção do vereador Artur Pombeiro, disse: a minha propriedade tem um valor grande. Com a localização deste Bairro ali, ela, perde mais de metade do valor. A pergunta que lhe faço, Sr. vereador, é a seguinte: Se visse alguém a entrar pela sua casa dentro e tirar-lhe 60.000 contos, que os ganhou honestamente, como é que o Sr. vereador ficava?”-----

Usou da palavra o vereador Artur Pombeiro, referindo “agradeço que o Sr. Arqº. não me desvie o raciocínio, porque há pouco quando o Sr. Arqº

interveio, eu mantive-me sereno e manter-me-ei sempre sereno para que de facto não possa quebrar o raciocínio de qualquer um. Assim, como ia dizendo na minha intervenção... isto é um problema de Borba e não um problema desta Câmara, nem de outras que já passaram. Concordo com o Sr. Presidente quando há pouco dizia que, de momento, não há outro espaço e que é necessário aproveitar os Fundos Comunitários, para não perder esta oportunidade. Como o Sr. Arqº. sabe as famílias de etnia cigana reproduzem-se muito mais que as outras e, como é evidente, daqui a 4 ou 5 anos serão muito mais e, se são borbenses têm o mesmo direito de viver em Borba como eu. Esta questão não é um problema do Sr. Presidente da Câmara, não é um problema meu como vereador, é sim um grande problema para todos nós. Compreendo que é necessário reinstalar estas pessoas com o mínimo de condições, e o ideal seria em realojamentos municipais, mas isto não se faz de um momento para o outro. Por isso, volto a repetir, “esta questão não se trata só de um problema desta Câmara, nem do Presidente e vereadores, é sim um problema de todos os borbenses”. A Câmara até teria agradecido que no abaixo-assinado tivessem sido contempladas algumas sugestões que enriquecessem a perspectiva de instalar a etnia cigana no melhor sítio, é esta a minha filosofia, e não a filosofia do perder, ou desvalorizar, ou ganhar, tal como se refere o Sr. Arqº Jorge Paixão à indústria que está a desenvolver (e ainda bem que preferiu Borba) mas também é preciso ajudar, porque de facto o problema é comum a todos os borbenses.-----

Usou da palavra o Sr. Arqº. Jorge Paixão tendo feito a seguinte intervenção: “O Sr. vereador Artur Pombeiro tem toda a razão quando diz que o problema da integração dos cidadãos de etnia cigana é um problema dos borbenses e do concelho, concordo absolutamente com isso. Aquilo com que eu discordo é a forma como a Câmara tratou este problema sem passar cartão a ninguém. Há coisas que a lei diz e é clara, ou seja, em casos destes as pessoas ali à volta, deveriam no mínimo, ter sido sondadas por alguém da Câmara para este problema. É um caso diferente do da Cerca, ou seja, as pessoas que moram na Cerca quando compraram os seus terrenos, ou as suas casas, os cidadãos de etnia cigana já lá estavam implantados, embora em condições precárias, e quem quis lá fazer qualquer coisa fê-lo de livre e espontânea vontade. Esses cidadãos borbenses, com os mesmos direitos dos outros e de todos nós, fizeram aquilo que quiseram, no sítio onde quiserem, e tendo plena consciência do que estavam a fazer. Esta situação, agora, é completamente diferente e ao contrário, ou seja, há cidadãos instalados numa Zona Industrial, há cidadãos instalados numa Zona Rural e que de acordo com o PDM e face às aprovações que eu tenho da Direcção Geral de Turismo e da Câmara Municipal nada fazia supor que isto fosse acontecer. As pessoas agora são confrontadas com uma situação inversa, sem terem sido consultadas, sem terem tido a delicadeza de

dizerem pelo menos que estavam a pensar fazer isto ou aquilo provisoriamente, porque o provisório também tem que ser definido, pois não pode ser um provisório a puxar para o definitivo, porque não se gastam 50 e tal mil contos, como o PIC vai gastar, para daqui a 6 meses se deitarem ao lixo. Quando se gasta esse dinheiro tem que se gastar numa coisa que, no mínimo, fique para 20 anos. Concordo também quando o vereador Artur diz que as famílias de etnia cigana se reproduzem, ou seja, as famílias aumentam com mais facilidade do que as dos outros cidadãos. O abaixo-assinado só aparece porque as coisas não tiveram uma resposta adequada, e continuaram a ser tratadas, embora tenha havido esforços, se bem que eu só entendo que haja esforços quando as pessoas conseguem de facto atingir determinados objectivos. Não os atingindo, os esforços foram infrutíferos, não foram suficientes para chegar onde se queria chegar. Tal como é dito no abaixo-assinado, aquele espaço é insuficiente, e daqui a dois ou três anos começa a haver problemas, porque entretanto já alguns se casaram e depois não saem dali, porque não os podem obrigar. É lógico e evidente que aquilo não tem condições para nada. Se é para ser provisório, então façam uma coisa provisória, num sítio, onde daqui a pouco tempo arranjem outra solução. Eu penso que era preferível arranjam duas localizações possíveis: uma onde a Câmara pretende fazer as Piscinas ou o Polidesportivo, porque no dia que precisassem de fazer as obras, a Câmara era obrigada a tirá-los de lá. É diferente do que serem instalados num sítio de onde nunca mais se vão conseguir tirar, ou, só daqui a 30 anos quando aparecer aí um poético que, com toda a poesia inerente à situação, vai fazer sei lá o quê.-----

Usou da palavra o Sr. Presidente fazendo a seguinte intervenção: “Eu penso que quando se fala na reprodução das pessoas de etnia cigana que de facto se reproduzem muito e, tal como o vereador acabou de referir há pouco, dentro dessa equipa também está envolvida a saúde e o projecto que naturalmente também passará pelo planeamento familiar. Aliás as informações que tenho é que além do planeamento familiar, haverá formação à gestão da própria casa que poderá vir a controlar tudo isso. Como também já foi dito, haverá uma comissão que vai acompanhar permanentemente estas pessoas de etnia cigana e dentro daquele local há regras. Uma das regras será não haver mais nada do que aquilo que está previsto e, quem quer aceitar as regras aceita quem não quer terá que ir para outro lado. Eu estou crente que há, concerteza, uma forma de controlar este grupo. Uma das coisas que também foi dita na reunião de 26 de Agosto, é que estas pessoas tinham que ser colocadas num espaço fora do perímetro urbano, com fáceis acessibilidades em termos de águas, esgotos e electricidade e este espaço tem todas essas condições. No entanto, quero que acreditem que nós não tivemos nenhum gosto especial em colocá-los naquele sítio. Temos a certeza que se fossem colocados noutra sítio,

provavelmente apareceria outro abaixo-assinado. O que é certo é que temos um problema em mãos para resolver, num curto espaço de tempo, onde nos é dito que é agora ou nunca, e temos mesmo que tomar uma decisão. Volto a dizer que é uma decisão de instalação provisória. Está inclusivamente a fazer-se o cruzamento das pessoas que se estão a candidatar, (porque está a ser feito o recenseamento e o acompanhamento, e vai arranjar-se um espaço onde as pessoas vão ser atendidas individualmente). Está a ser feito um cruzamento de dados para ver se as pessoas já têm casas atribuídas noutro lado e, pelo menos, já foi detectada uma situação destas. Alguns deles terão que se deslocar para outro lado, outros ficarão cá, mas, há uma série de decisões que se têm que tomar, porque o hábito que eles têm de ter uma barraca num sítio e um barraca noutro e de mudarem de sítio ao longo do ano de acordo com algumas actividades sazonais, não pode continuar, têm que optar, ou têm casa provisória aqui, ou têm noutro lado. Se a lei fosse cumprida, neste momento, aquelas barracas que eles habitam na Cerca, já teriam que ter sido legalizadas ou já se teriam que se ter tirado dali. Portanto, tivemos que tomar esta decisão e não quer dizer que seja a mais acertada embora, no momento, se pense ser a mais acertada, no entanto, também concordo que podem existir outros espaços, e, se eles aparecerem de modo que esse provisório deixe de ser de 2 ou 3 anos e passe a ser de 20 ou 30 até se irem encontrando espaços habitacionais. Mas neste momento não há espaços com as condições exigidas, excepto este.---- Como sabem Borba tem um problema muito complicado em termos de áreas de espaços para loteamentos urbanos – onde é que construímos as casas? Neste momento com o Plano de Pormenor da Zona Norte existem ainda algumas hipóteses de construção nesta zona onde pode aparecer, conforme previsto, habitação social. Há depois a ZH1 mas, neste momento, estamos a desenvolver alguns esforços para tentar fazer o estudo (organização espacial daquela área), mas tudo leva o seu tempo.-----

Seguidamente foi dada a palavra ao vereador eleito pela CDU, Joaquim Serra, que começou por referir o seguinte: primeiro que tudo gostaria de saudar a participação do público na reunião de Câmara, porque é uma situação a que não estamos habituados e penso que isso falta aos eleitos desta terra, ou seja, que os munícipes também se organizem e também possam ter uma palavra a dizer sobre as decisões da administração. Nós enquanto autarcas temos que ter capacidade para os ouvir e atender as suas petições, como foi o caso de hoje, através de um abaixo-assinado, porque efectivamente a Lei atribui aos munícipes, além dos deveres, um conjunto de direitos de participação activa quer nas soluções ambientais, quer nas soluções urbanísticas que são propostas para o concelho. Penso que o abaixo-assinado é uma dessas formas de participação das pessoas na defesa dos seus interesses. Compete à Câmara, na base da apresentação de um abaixo-assinado, procurar a concertação e a conciliação de interesses

entre os particulares e o interesse público, no sentido de tomar as melhores decisões. Por isso felicito o público aqui presente por estar a tomar parte activa num problema que, como já foi aqui dito, é um problema dos borbenses, não só um problema da Câmara, por isso também um problema que lhe diz respeito e, como tal, devem ser ouvidos sobre esse assunto. Como não o foram antecipadamente, encetaram uma forma de acção popular com o abaixo-assinado para que fossem efectivamente ouvidos. Este abaixo-assinado, chegou a uma reunião de Câmara ao qual eu tive acesso e, de imediato, propus ao Sr. Presidente, face ao número de assinaturas e face à exposição que era feita, que o assunto fosse devidamente apreciado pela Câmara, até porque tinha sido decidido anteriormente, numa outra reunião, a cedência daquele espaço destinado à instalação da população de etnia cigana. Efectivamente esse assunto ainda não foi debatido em termos do Órgão, Câmara Municipal. Fiz também, nessa mesma reunião, uma proposta concreta que foi rejeitada. A proposta era no sentido de que não fosse feita nenhuma intervenção física no terreno, enquanto não fossem esclarecidas algumas situações relativamente ao abaixo-assinado. Como a proposta foi rejeitada, a Câmara avançou para o terreno (destruição de coberto vegetal, derrube de árvores, etc). Logo na primeira decisão (cedência do terreno) os eleitos da CDU não votaram contra, mas tomaram uma posição de abstenção relativamente ao que foi apresentado porque, tal como os munícipes aqui presentes, não conhecemos ainda a solução proposta, porque não há ainda projecto para apresentar. Por outro lado, a Câmara ainda não se pronunciou sobre a efectiva localização, face a um pedido de viabilidade que terá que aparecer pela entidade que vai propor o realojamento, a Câmara terá que se pronunciar sobre um hipotético pedido de viabilidade de localização que, em termos oficiais ainda não o fez. O ter cedido o terreno à Santa Casa da Misericórdia não significa que tenha aprovado a localização. Por outro lado era bom que aparecesse, efectivamente, o projecto de intervenção urbanística que é proposto, porque independentemente de se dizer que as casas são amovíveis ou não, e de se dizer que são precárias ou não, há efectivamente uma intervenção de um projecto urbanístico. A questão de haver ou não infraestruturas próximas, são as infraestruturas que depois em termos de instrumentos de planeamento dão, ou não, valorização aos lugares. É evidente que podemos dizer que é um terreno fora do perímetro urbano, mas se lá se coloca a água, os esgotos e a electricidade, o terreno em causa passa a estar infraestruturado e não tem condições nenhuma para não ser terreno considerado urbano (mas não é propriamente esta a questão que se está aqui a discutir). O que me parece é que, independentemente disto, a Câmara tem que cumprir com o Plano Director Municipal, e não pode haver por parte deste Órgão nenhuma violação deste instrumento de planeamento. Se há um abaixo-assinado que diz que há umas certas alíneas

de determinados números de artigos do PDM que estão a ser violados e, se isso é afirmado num abaixo-assinado, penso que a Câmara tem que pedir um parecer urbanístico e um parecer jurídico, que demonstre aos subscritores do abaixo-assinado que estão enganados, e os munícipes têm que ser informados disso, porque senão a sustentação da Câmara é muito ao de leve. A Câmara não deve decidir só pela boa vontade, tem que juntar essa boa vontade com a base legal das decisões. Penso que há uma questão que não pode deixar de continuar a ser, ou seja, o atendimento às pessoas que assinaram o abaixo-assinado, e essas pessoas têm de continuar em concertação com a Câmara até à solução final e têm todo o direito de não concordar com ela, assim como a Câmara também pode tomar uma decisão contrária àquilo que são os interesses do munícipes. Penso que a figura da concertação, a figura do diálogo, a figura de procurar encontrar soluções e não tomar isto já como uma decisão definitiva deve ser ainda ponderada e esta Câmara deve debatê-la. Outra questão que é importante e que deveria ser pensada é a seguinte: estão a ser revistos alguns instrumentos de planeamento que efectivamente poderão vir a ditar, como já foi dito, localizações para habitação social. Então porque não acelerar alguns desses instrumentos de planeamento, para que esta reinstalação se pudesse fazer, absorvendo as verbas que há e se pudesse fazer já nos possíveis locais e já dispersos, não em “gueto”, com propostas de futuro a uma maior responsabilização da Câmara na reinstalação e no realojamento – isto deveria ser ponderado tendo em conta que estão a ser feitos ajustamentos a vários Planos, inclusivamente ao Plano da Zona Norte da Cerca. Parece-me também que não deveríamos deixar de ponderar uma questão importante e que se prendem com algumas habitações que a Câmara já tem. A Câmara tem, e tentou já vender, duas habitações na Aldeia Lacerda, uma habitação na Nora, outra noutra local – porque não procurar já fazer algumas reinstalações para espaços disponíveis da Câmara. Por outro lado, penso que é um assunto que não deve ser encerrado, tem que haver e serem mostradas mais coisas. Nós, enquanto vereadores da Câmara, reivindicamos ver o projecto, reivindicamos ver as soluções, e o que me parece que é complicado é ter havido já intervenção naquele terreno, quando se diz nesta reunião não se conhecer as tipologias necessárias, e, a tipologia é muito importante para as disponibilidades dos terrenos, quando esta não se conhece, parece-me um bocadinho avançar no escuro para aquele investimento que já foi feito sem se conhecer se, efectivamente, tem condições.-----

Pediu a palavra o vereador Artur Pombeiro referindo “o Sr. Arqº. Jorge Paixão sabia já há cerca de um ano que a Câmara procurava um local onde pudesse vir a instalar a etnia cigana, pois tivemos uma conversa sobre este assunto, tendo sido colocada a hipótese daqueles terrenos e onde o Sr. Arqº Paixão me transmitiu que, se isso um dia batesse à sua porta,

desenvolveria todos os esforços, em conjunto com os outros proprietários de terrenos da Zona Industrial, no sentido de fazer guerra para que essa instalação não acontecesse. Penso que isto não é de facto uma questão de guerra, deveria ser sim uma questão de bom senso entre todos. Realço mais uma vez aquilo que disse em intervenção anterior, que esta questão da etnia cigana é de facto uma questão que diz respeito a todos nós e, seria bom que todos se empenhassem na resolução do problema e não condeno ninguém pelo facto de enviarem um abaixo-assinado e dialogarem com a Câmara sobre soluções.-----

Interveio o Arqº. Jorge Paixão dizendo que em relação ao que o vereador Artur informou, não foi há cerca de um ano que conversaram, pensa que foi em Abril que estiveram juntos para tratar outros assuntos e falaram sobre este da etnia cigana mas, nessa altura, ainda não estava decidido o local. Mesmo assim, nessa altura fiz uma proposta à Câmara para aquisição do terreno, porque se o argumento era falta de verbas para adquirir outro terreno e, eu fazia o sacrifício de dar mais 5.000 Euros do que o valor avaliado do terreno para que a Câmara ficasse com mais disponibilidade para comprar um terreno noutra local. Nessa altura, não lhe falei de guerras nenhuma, aquilo que lhe poderia ter dito foi o que já disse ao Sr. Presidente que a Câmara poderá fazer tudo o que tiver ao seu alcance, mas eu também vou fazer tudo o que tiver ao meu alcance para que a Câmara não cometa a injustiça de fazer um novo “gueto”, porque entendo que os cidadãos de etnia cigana que residem neste concelho, e que alguns serão naturais deste concelho, merecem muito mais do que aquela localização, que para mim servia-me para fazer ali uma pista de saltos de cavalos, tipo uma animação, na minha propriedade. Penso que os cidadãos de etnia cigana merecem ser realojados condignamente noutra sítio e não naquele que a Câmara pretende. Não tenho nada contra os cidadãos de etnia cigana, aliás até tenho amigos de etnia cigana com os quais me dou bastante bem, e que os visito em casas de habitação condignas e penso que é uma injustiça enorme em serem realojados naquelas condições, apesar de reconhecer que é um esforço grande que a Câmara faz para os realojar. Penso que a Câmara tem terrenos na Zona Industrial do Alto dos Babelos que são terrenos enormes com outras condições que, embora ainda não haja lá água nem luz, eu já me propus pagar os custos da abertura de um furo para que haja água para essas pessoas. É evidente que eu não me posso substituir à Câmara, mas posso fazer tudo o que estiver ao meu alcance para encontrar uma solução condigna para realojar estas famílias, inclusivamente já falei com os meus vizinhos e colegas até para fazermos uma colecta para ajudar a Câmara a comprar outro terreno. Penso que a falar é que as pessoas se entendem e, se calhar por falta de diálogo a Câmara prejudica-nos a nós, também cidadãos e contribuintes em Borba e penaliza os outros cidadãos que até mereciam mais. Digo aqui publicamente que se for preciso arranjar

já 500 contos para a ajuda da compra de outro terreno, disponibilizo-me para arranjar, até ao fim do ano, 500 contos, e depois para o ano que vem até dou mais 500.-----

Interveio o Sr. Presidente dizendo que o assunto está esgotado, as pessoas estão encaminhadas no sentido que o diálogo continue, mas este assunto vai ter que se resolver rapidamente e embora a tipologia não esteja definida é óbvio que aquele terreno dá perfeitamente para o que se pretende.-----

Interveio o vereador Humberto Ratado informando ainda que a tipologia não está totalmente definida, mas está já adiantada. Relativamente à intervenção do vereador Joaquim Serra quando referiu o que se passou numa reunião de Câmara esqueceu-se, no entanto, de referir que nessa mesma reunião fez questão de dizer que, no anterior executivo, a resolução deste problema da etnia cigana nunca foi prioritário e isso também está escrito. Como nunca foi prioritário para o anterior executivo, estamos agora a debater casos que já deveriam ter sido resolvidos há mais tempo. Afirmo aqui também que o espaço, destinado à instalação da etnia cigana, é provisório, mas queremos avançar para uma questão de realojamento digno.-----

Entretanto o Sr. Presidente, para encerrar este assunto, informou “Quando recebi este abaixo-assinado, é óbvio que, não marquei uma reunião com ninguém em especial, até porque subscrevem-no à volta de 180 pessoas e muitas delas nem vivem nas proximidades. Existem aqui alguns assuntos que, na minha opinião, são de alguma gravidade, porque quando se apresenta um abaixo-assinado as pessoas têm de facto que assinar e, o que se passa aqui, em várias situações a mesma pessoa escreve o nome de duas, de três a até de quatro pessoas. Fui contacto por algumas dessas pessoas que me disseram que não concordam com o abaixo-assinado e que o nome delas aparece lá e, isto, já foi dito na reunião de 26 de Agosto. Quando recebi o abaixo-assinado não me dirigi a ninguém em especial porque, embora este abaixo-assinado venha encabeçado pela D. Ana Maria Paixão, era impensável para mim contactar todas as pessoas que o subscreveram para fazer uma reunião. No dia em que o Arqº Jorge Paixão cá apareceu foi recebido e, só me apercebi que vinha o Arqº Jorge Paixão acompanhado de várias pessoas quando a ficha de atendimento público me caiu em cima da mesa, porque se soubesse até me teria munido de técnicos que apresentassem algumas situações, e foi na sequência disto que combinamos marcar uma futura reunião. Mais tarde recebi na Câmara outro abaixo-assinado, e só aí é que percebi que quem liderava o processo era de facto a D. Ana Maria Paixão, que foi enviado para o Sr. Secretário de Estado da Administração Local e que vem subscrito apenas por 5 pessoas que são: D. Ana Paixão, António Calado, Isidro Bilro, José Rebola e Joaquim Mendes. Na parte final do abaixo-assinado é referido que, para efeitos de correspondência o endereço deve ser o da propriedade da D. Ana

Paixão. Este abaixo-assinado foi enviado para o Sr. Secretário de Estado depois da reunião que tivemos aqui em 26 de Agosto, ou seja, dia 30 de Agosto. Sinceramente que não me caiu muito bem esta questão, porque tínhamos tido aqui uma reunião na qual ficou combinado que as coisas iam avançar e de repente cai este abaixo-assinado, outra vez com a mesma situação, falando mais uma vez da questão das construções e, aí é que verifiquei que efectivamente temos perspectivas diferentes. Resolvi então informar o Sr. Secretário de Estado, e como tive conhecimento que este abaixo-assinado foi enviado para a Comissão de Reserva Agrícola Nacional e para a Comissão da Reserva Ecológica Nacional, tive a delicadeza de informar, independentemente de não me terem perguntado nada, sobre a posição da maioria da Câmara Municipal de Borba relativamente a este assunto. Penso que o assunto está a ser tratado mas, segundo informação que tenho, a decisão poderá vir a passar por uma declaração de utilidade pública para efeitos de expropriação (pode ser uma das situações). Em minha opinião, seria preferível haver esta instalação provisória, com o nosso esforço, no sentido de se encontrar uma solução, e mais tarde este tipo de famílias poderiam ser então colocadas nos loteamentos habitacionais. Não gostaria que esta questão passasse por outra situação, porque se se encontrar uma situação de legalização definitiva, com pareceres favoráveis da Segurança Social e do Ambiente a situação torna-se muito pior. De qualquer maneira o assunto está a ser tratado e certamente haverá mais diálogo pois, não queremos fazer braço de ferro com ninguém, queremos sim resolver esta situação rapidamente. Ontem houve uma reunião sobre este assunto, hoje à tarde vai haver outra com técnicos da Segurança Social e com técnicos da Câmara e, eu, vou fazer questão de estar presente. Certamente o assunto vai ser equacionado e no Plano de Pormenor da Zona Norte existe espaço para Habitação Social, podendo instalar algumas destas famílias separadamente umas das outras. Eventualmente com o projecto que temos em mente de recuperação de algumas casas no interior da vila e, se alguma destas famílias estiverem dispostas a ocupá-las tudo poderá acontecer. As que vão agora para a Zona Industrial serão seladas e não vamos mandar 50.000 contos para o lixo, podem perfeitamente ir para outro lado onde haja uma situação semelhante, até inclusivamente fora de Borba. Por isso vamos com calma tentar encontrar as melhores soluções e ver qual a situação em que as pessoas fiquem menos mal, sobretudo nesta fase inicial. Esta conversa sobre terrenos para construção em Borba, tenho-a tido com o Arqº Jorge Paixão, quase desde o início deste mandato e sempre se chegou à conclusão que não há terrenos, não há espaço. A revisão do PDM, que se está a fazer, vai concertemente permitir alguns alargamentos que possam dar origem a futuras urbanizações e, em situações destas, podem eventualmente serem encontradas algumas soluções, mas não é de um momento para o outro que

isto acontece. A partir do momento em que haja dados concretos haverá uma reunião cuja convocatória será encaminhada para casa da D. Ana Paixão. Concordo plenamente com o vereador Joaquim Serra quando disse que não estamos habituados a reuniões públicas, houve apenas uma, mas não há dúvida que temos tido algum esforço com a participação do público em sessões públicas, tendo já sido feita uma sobre o “Estudo do Trânsito” e vamos fazer outra sobre o PDM, bem como outras que permitam a participação do público. Relativamente ao assunto que está em discussão, considerando tratar-se de um assunto provisório, considerando que realmente, em nossa opinião, não tem aquele aspecto tão negativo como lhe é dado, achámos que não valia a pena e, como é óbvio, não podíamos convocar 180 pessoas, e não ficaria muito correcto convocar uma pessoa ou duas. Apareceu cá o Arqº Jorge Paixão e trazia com ele mais 16 pessoas foram recebidas e serão sempre. Aliás as pessoas são testemunhas que recebo sempre toda a gente nesta Câmara, independentemente dos dias de atendimento público, desde que esteja disponível. De qualquer maneira, agradeço a presença de todos e, logo que nos seja possível a reunião será convocada para apresentação do Projecto Social Global, e de implementação das habitações.-----

O Sr. Arqº Jorge Paixão perguntou ainda ao Sr. Presidente qual é, na sua opinião, o tamanho do “provisório”. O Sr. Presidente respondeu que o tamanho do provisório não depende propriamente da Câmara. A título de exemplo referiu: Se fosse feita agora Habitação Social na Zona da Cerca teria que haver dinheiro. Imagine que nos diziam que agora não havia dinheiro – daí não se poder dizer que o provisório é de um ano ou dois porque não se sabe. De qualquer dos modos, não há dúvidas que a decisão é uma decisão provisória. Contudo gostaria que nos gabinetes jurídicos, onde o assunto está a ser tratado, se encontrasse uma forma de legalização mas que não fosse a declaração de utilidade pública.-----

Desta forma, o Sr. Presidente deu este ponto por concluído, agradecendo a todos os presentes e, passando de imediato ao ponto seguinte.-----

Ponto 1.1 – Assuntos Gerais de interesse para a autarquia-----

O Sr. Presidente perguntou ao restante executivo se, depois deste período longo de intervenção do público, tinham algum assunto que pretendessem apresentar neste ponto.-----

Usou da palavra o vereador Artur Pombeiro sublinhado que estes casos não se encaixam propriamente numa reunião de Câmara, mas atendendo à natureza deste assunto, foi muito proveitoso que o mesmo tivesse vindo a uma reunião de Câmara, porque há questões que se podem fundamentar e trocar sugestões entre os eleitos em maioria em minoria e entre o próprio público presente.-----

Proposta de Alteração à Ordem do Dia

Por proposta do Sr. Presidente **foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta de alteração à ordem do dia**, incluindo o seguinte ponto: “Alteração às seguintes deliberações camarárias: a) deliberação de 07 de Julho de 2004 (ponto 2.3 – Aquisição de Terreno; b) deliberação de 23 de Abril de 2004 (ponto 21.12 – Aquisição de Parcela de Terreno)” e rectificando o ponto 2.5 passando o mesmo a ter a seguinte redacção: “Pedido à Assembleia Municipal para emissão de Declaração de Utilidade Pública para efeitos de expropriação de prédios rústicos”.-----

PONTO 2. ORDEM DO DIA -----

A Ordem do Dia passou a ser a seguinte:-----

Ponto 2.1 – Aprovação da Acta nº. 16/2004-----

Ponto 2.2 – Requerimentos-----

Ponto 2.3 – Protocolos de Descentralização de Competências com as 4 Juntas de Freguesia do concelho: Matriz, S. Bartolomeu, Rio de Moinhos e Orada-----

Ponto 2.4 – 1ª Revisão ao Orçamento e PPI-----

Ponto 2.5 – Pedido à Assembleia Municipal para emissão de Declaração de Utilidade Pública para efeitos de expropriação de prédios rústicos-----

Ponto 2.6 – Contrato de Comodato-----

Ponto 2.7 – Regras gerais para a cedência de exploração do restaurante sito no Jardim Municipal-----

Ponto 2.8 – Rectificação ao Programa de Concurso do Concurso Público para a Empreitada de Ampliação do Mercado Municipal-----

Ponto 2.9 – Alteração às seguintes deliberações camarárias:-----

a) Deliberação de 07 de Julho de 2004 (ponto 2.3 – Aquisição de Terreno)-

b) Deliberação de 23 de Abril de 2004 (ponto 21.12 – Aquisição de Parcela de Terreno)-----

Ponto 2.10 – Actividades da Câmara-----

PONTO 2.1 – APROVAÇÃO DA ACTA Nº. 16/2004 -----

Previamente distribuída por todos os eleitos, e **após a introdução de algumas correcções, foi aprovada por unanimidade a Acta nº.16/2004-**

PONTO 2.2 – REQUERIMENTOS

Relativamente aos requerimentos apresentados, por proposta do vereador Artur Pombeiro, a Câmara Municipal de Borba tomou as seguintes deliberações:-----

a) Pedidos de Informação Prévia

Processo: **110/04 Div**-----

Requerente: **A Mancha do Monte Branco Agro-Turismo. Ld^a**.-----

Local: Herdade do Monte Branco – Rio de Moinhos-----

Objecto do requerimento: Pedido de informação prévia-----

O pedido em epígrafe refere-se à viabilidade de construção de três moradias para habitação ou agro-turismo, em prédio misto localizado no sopé da Serra d’Ossa, perto de Rio de Moinhos.-----

A propriedade em causa (artº 23 - secção B da Freguesia de Rio de Moinhos) apresenta-se com 116 ha de área, possuindo também um prédio urbano com 134.3 m2.-----

À luz do instrumento de ordenamento aplicável, o Plano Director Municipal de Borba, o prédio é abrangido pela classificação de “floresta de protecção” e “áreas agro-florestais”.-----

De acordo com o artº 47º do regulamento do PDM, as áreas Agro-florestais “são constituídas por solos que não possuem um elevado potencial agrícola e não estão incluídos na RAN nem na REN, possuindo um uso actual agrícola, florestal ou estando incultos...”- ponto 1 do referido artigo. Refere o ponto 6 do mesmo artigo que “exceptuam-se do número anterior (condicionamentos das construções) as construções integradas em projectos turísticos aprovados pelas entidades competentes, que tenham em especial atenção o enquadramento paisagístico e uma adaptação harmoniosa à paisagem envolvente e às potencialidades locais”.-----

Porém, da leitura da carta de condicionantes do PDM, verifica-se que efectivamente **a propriedade é abrangida pela Reserva Ecológica Nacional e pelo “Biótopo Corine – 123 Serra d’Ossa**. Do disposto no nº 1 do artº 4º do DL 93/90 (nas áreas incluídas na REN são proibidas as acções de (..) iniciativa privada que se traduzam em operações de loteamento, obras de urbanização, construção de edifícios, obras hidráulicas, vias de comunicação, aterros, escavações e destruição do coberto vegetal”. Deste modo, verifica-se inviável a implantação de

qualquer edificação para a localização em apreço, por preponderância dos condicionamentos expressos no DL 93/90 sobre o expresso na Carta de Ordenamento do PDM.-----

Também se verifica que na Herdade existe um sítio arqueológico, o que significa necessidade de consulta ao IPA sobre qualquer intervenção que possa afectar esse espaço arqueológico (artº.58º do Regulamento do PDM).-----

Igualmente a Carta de Síntese reflecte a preponderância da classificação “Biótopo Corine”, o que obriga, de acordo com o artº 53º, a parecer por parte do ICN, sobre qualquer intervenção a realizar em espaços com essa classificação.-----

No que concerne à edificação existente, não se encontram inconvenientes na realização de obras de adaptação/alteração, desde que não ampliem e/ou impermeabilizem solos .-----

Atendendo à fundamentação presente neste parecer, propõe-se o indeferimento da pretensão, devendo o requerente ser notificado que tem 10 dias para, querendo, se pronunciar, ao abrigo do disposto no artº 100º do CPA.-----

Assim, após conclusão do prazo estabelecido para que o requerente se pronunciasse quanto à proposta de indeferimento do pedido de informação prévia, sem que o mesmo tivesse solicitado audiência escrita ou oral, ou seja, sem a pronúncia do mesmo, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com três votos a favor e duas abstenções (por parte dos eleitos da CDU) indeferir o pedido, pois a análise técnica realizada em 30/06/04 mantém-se.-----

Os vereadores eleitos pela CDU abstiveram-se e apresentaram a seguinte declaração de voto: “apesar de concordarmos com a proposta de indeferimento apresentada pelos serviços técnicos inviabilizando de acordo com os instrumentos de planeamento em vigor, assistimos à execução e manutenção de situações irregulares sem que se conheça, por parte da Câmara Municipal, qualquer atitude de contrariar tais situações, verificando-se assim situações de prejuízo para os que procuram cumprir em detrimento dos que avançam à revelia da legislação.-----

Em relação a esta declaração de voto, o Sr. Presidente referiu que relativamente às situações irregulares, só pode tratar-se de uma coisa muito vaga, porque sempre que há a participação dos fiscais a Câmara costuma intervir. Referiu ter despachado umas dezenas de contra-ordenações do mandato anterior e, depois disso, já houve uma série de contra-ordenações. -----

Entretanto o vereador Joaquim Serra referiu que já há muito tempo pediu ao vereador Artur Pombeiro que trouxesse a uma reunião de Câmara os autos de embargo efectuados neste mandato e as

participações com o tratamento adequado e, até hoje, ainda não viu nada. Como tal, os eleitos da CDU continuam a desconhecer.-----

Processo: 97/04 Div-----

Requerente: Fernando de Jesus Vermelho Bravinho e Irmãos-----

Local: EN 4 – Borba-----

Objecto do requerimento: Pedido de informação prévia-----

O pedido em epígrafe refere-se à viabilidade de construção de empreendimento turístico que se pretende implantar num prédio rústico que confina com a EN4.-----

A propriedade em causa (artº 114º - secção C da Freguesia Matriz) apresenta-se com 10.500 m2 de área.-----

À luz do instrumento de ordenamento aplicável, o Plano Director Municipal de Borba, o prédio é abrangido pela classificação de “área agrícola condicionada”.-----

Tal classificação é mencionada no Regulamento do PDM como sendo “constituída por solos incluídos na RAN e por outros solos com importância local, mas onde ocorrem condicionantes biofísicas, nomeadamente de REN ou de protecção natural” – nº 1 do artº 45º. Ora, da leitura da carta de condicionantes do PDM, verifica-se que efectivamente a propriedade é abrangida pelas Reservas Agrícola e Ecológica (RAN e REN). No disposto no nº 1 do artº 4º do DL 93/90 (nas áreas incluídas na REN são proibidas as acções de (...) iniciativa privada que se traduzam em operações de loteamento, obras de urbanização, construção de edifícios, obras hidráulicas, vias de comunicação, aterros, escavações e destruição do coberto vegetal”. Deste modo, verifica-se inviável a implantação de qualquer edificação para a localização em apreço.-----

Será relevante mencionar que as consultas a entidades externas que, à luz da legislação aplicável se deveriam proceder no âmbito do presente processo, nomeadamente IEP (faixa de servidão à EN4) e DGT (artº 12º do DL nº.55/02, de 11 de Março) se verificam desnecessárias face à impossibilidade que o próprio instrumento de ordenamento define quanto à pretensão. Tendo em conta o exposto anteriormente, propõe-se não proceder a tais consultas.-----

Atendendo à fundamentação presente neste parecer, propõe-se o indeferimento da pretensão, devendo o requerente ser notificado que tem 10 dias para, querendo, se pronunciar, ao abrigo do disposto no artº 100º do CPA.-----

Assim, após conclusão do prazo estabelecido para que o requerente se pronunciasse quanto à proposta de indeferimento do pedido de informação prévia, sem que o mesmo tivesse solicitado audiência

escrita ou oral, ou seja, sem a pronúncia do mesmo, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com três votos a favor e duas abstenções (por parte dos eleitos da CDU) indeferir o pedido, pois a análise técnica realizada em 30/06/04 mantém-se.-----

Os vereadores eleitos pela CDU abstiveram-se e apresentaram a seguinte declaração de voto: “apesar de concordarmos com a proposta de indeferimento apresentada pelos serviços técnicos inviabilizando de acordo com os instrumentos de planeamento em vigor, assistimos à execução e manutenção de situações irregulares sem que se conheça, por parte da Câmara Municipal, qualquer atitude de contrariar tais situações, verificando-se assim situações de prejuízo para os que procuram cumprir em detrimento dos que avançam à revelia da legislação.-----

Processo: 197/04 Div-----

Requerente: Adega Cooperativa de Borba-----

Local: Olival do Chão de Judeus – Borba-----

Objecto do requerimento: Pedido de informação prévia-----

1. A pretensão que o requerente expõe, refere-se à possibilidade de construção num prédio rústico, localizado numa propriedade mista denominada como “Olival de chão de Judeus” – inscrita a parte rústica com o artº 545 – secção C e parte urbana com o artº 890º da Freguesia Matriz deste Concelho. A parcela de terreno, objecto da pretensão apresenta-se com um total de 19 7750 m2.-----

2. À luz do PDM, esta propriedade apresenta-se com duas classificações:---

- “área agrícola condicionada” – artº 45º do Regulamento do PDM;-----

- “floresta de protecção” – artº 48º e 49º do Regulamento do PDM.-----

3. Da observação da Carta de Condicionantes, verifica-se que a Reserva Ecológica Nacional incide sobre a totalidade da propriedade que se encontra em análise.-----

A Reserva Agrícola Nacional incide sobre a totalidade da área classificada como “área agrícola condicionada”.-----

O nº 1 do artº 4º do DL 93/90 refere “nas áreas incluídas na REN são proibidas as acções de (..)iniciativa privada que se traduzam em operações de loteamento, obras de urbanização, construção de edifícios, obras hidráulicas, vias de comunicação, aterros, escavações e destruição do coberto vegetal”. Deste modo, verifica-se inviável a implantação de qualquer edificação para a localização em apreço.-----

Tendo em conta as questões expostas no presente parecer, propõe-se o indeferimento da pretensão, devendo o requerente ser notificado para, querendo, se pronunciar no prazo de 10 dias, de acordo com o artº 100º do Código de Procedimento Administrativo.-----

Assim, após conclusão do prazo estabelecido para que o requerente se pronunciasse quanto à proposta de indeferimento do pedido de informação prévia, sem que o mesmo tivesse solicitado audiência escrita ou oral, ou seja, sem a pronúncia do mesmo, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com três votos a favor e duas abstenções (por parte dos eleitos da CDU) indeferir o pedido, pois a análise técnica realizada em 30/06/04 mantém-se.-----

Os vereadores eleitos pela CDU abstiveram-se e apresentaram a seguinte declaração de voto: “apesar de concordarmos com a proposta de indeferimento apresentada pelos serviços técnicos inviabilizando de acordo com os instrumentos de planeamento em vigor, assistimos à execução e manutenção de situações irregulares sem que se conheça, por parte da Câmara Municipal, qualquer atitude de contrariar tais situações, verificando-se assim situações de prejuízo para os que procuram cumprir em detrimento dos que avançam à revelia da legislação.-----

b) Vistoria por motivos de reclamação-----

Reclamante: **Maria Helena Faleiro Grego-----**

Local: Rua Padre Bento Pereira, 50-----

Em 07 de Julho de 2004, a Câmara Municipal de Borba deliberou, por unanimidade, tomar posse administrativa do prédio sito na Rua Padre Bento Pereira, n.º48 – Borba, propriedade do Sr. António José Rodrigues Figueira, para dar execução imediata das obras referidas no auto de vistoria, ao abrigo do n.º 1 do artigo 91º do Dec-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, alterado pelo Dec-Lei n.º 177/01, de 04 de Junho.-----

Tendo em conta a informação técnica, anexa ao processo e que se transcreve:” No seguimento da informação anterior datada de 02/09/2004, deslocaram-se os serviços de fiscalização ao local acima mencionado, tendo-se verificado a execução das referidas obras, nomeadamente a colocação de algeroz, assim como um tubo de queda para fazer o escoamento das águas, conforme fotos em anexo, **a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, revogar a tomada de posse administrativa do prédio em causa deliberada em reunião de Câmara de 07 de Julho de 2004.**-----

c) Pedido de autorização para libertação de ónus previsto na cláusula a) da escritura de 23 de Dezembro de 2002-----

Requerimento de **João Paulo Patronilha Brinquete**, natural da freguesia de Vila Boim, concelho de Elvas, residente em Rua Nunes da Silva, n.º 32

Borba, freguesia de S. Bartolomeu, concelho de Borba, contribuinte fiscal n.º 187950490, portador do bilhete de identidade número 7879840, emitido em 17-02-2004, pelos Serviços de Identificação Civil de Évora, em representação da Borcoop – Cooperativa de Habitação, C.R.L., com sede na Praceta José Régio, n.º 8 7150 Borba, pessoa colectiva número 501658572, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Borba, sob o número dezasseis, em nove de Julho de mil novecentos e noventa, adquirente dos lotes de terreno identificados na escritura de 23 de Dezembro de 2002, cuja cópia se anexa, solicitando autorização para que lhe seja libertado o ónus previsto na cláusula a) da referida escritura, tendo em conta que a construção da habitação destinada ao Município se encontra em fase de conclusão, que se prevê para o próximo mês de Novembro.-----
Analisado o requerimento, a Câmara municipal de Borba deliberou, por unanimidade, autorizar a libertação do referido ónus, bem como emitir a respectiva certidão.-----

PONTO 2.3 – PROTOCOLOS DE DESCENTRALIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS COM AS 4 JUNTAS DE FREGUESIA DO CONCELHO: MATRIZ, S. BARTOLOMEU, RIO DE MOINHOS E ORADA-----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, delegar nas Juntas de Freguesia de Matriz, S. Bartolomeu, Rio de Moinhos e Orada, a competência para a prática de um conjunto de actividades compreendidas no seu âmbito de competências e com incidência nas áreas descritas em cada um dos protocolos a celebrar com as referidas Juntas de Freguesia.----
Estiveram presentes os referidos protocolos que foram previamente distribuídos por todos os eleitos e, depois de assinados, ficará cópia dos mesmos anexa a esta acta dela fazendo parte integrante.-----
Os vereadores eleitos pela CDU apesar de votarem favoravelmente deixaram a seguinte ressalva: Já deveriam ter sido aprovados há mais tempo e, à semelhança do ano anterior, está em falta o Balanço e o Relatório da Execução. O Sr. Presidente respondeu que foi feita reunião de balanço.-----

PONTO 2.4 – 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E PPI-----

Esteve presente a proposta para a 1ª Revisão ao Orçamento e ao PPI para o ano de 2004, e propõe-se que a mesma seja submetida à aprovação da Assembleia Municipal, tendo em conta a alínea a) do n.º.6 do art.º.64º da Lei n.º.169/99 de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º.5-A/2002 de 11 de Janeiro.-----

Depois de analisada e discutida o Sr. Presidente colocou a proposta à votação.-----

Entretanto o vereador eleito pela CDU, Joaquim Serra fez a seguinte análise: “Modificações ao Plano Plurianual de Investimentos, e ao Orçamento, a Lei garante-as, são importantes, e devem ser feitas se servirem para aproximar os orçamentos e as actividades da realidade. Não estão em causa os valores, porque os valores são a introdução do saldo. Só lamento que o grosso do saldo vá ser absorvido quase na totalidade por despesas correntes e que não se consiga dar mais um impulso para as despesas de capital, e que venha agora nesta fase introduzir projectos novos em substituição de outros, o que revela que houve coisas que surgiram no decorrer do ano que não estavam planeadas nem planificadas, e entretanto projectos que tinham sido aprovados no início ficam, agora, afastados e outros comprometidos porque viram retiradas as verbas e as dotações. No entanto, tudo isto tem a ver com o funcionamento dos serviços e com as opções de gestão, por isso os eleitos da CDU não têm nada contra esta revisão.-----

Seguidamente o Sr. Presidente colocou a proposta à votação **tendo sido deliberado, por unanimidade, submeter a proposta para a 1ª Revisão ao Orçamento e ao PPI para o ano de 2004, à aprovação da Assembleia Municipal**, tendo em conta a alínea a) do nº.6 do artº.64º da Lei nº.169/99 de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei nº.5-A/2002 de 11 de Janeiro.-----

PONTO 2.5 – PEDIDO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA EMISSÃO DE DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA PARA EFEITOS DE EXPROPRIAÇÃO DE PARCELAS DE TERRENO-----

1 – A Câmara Municipal de Borba procurando atrair indústrias pretende avançar com o Parque Industrial Piloto na Zona Industrial do Alto dos Bacelos. Considerando que as infraestruturas vão ser candidatas aos fundos comunitários, sendo exigido que o Município seja proprietário dos terrenos, torna-se urgente a negociação dos mesmos, desde que os seus proprietários mostrem abertura para tal.-----

Assim, ao abrigo da alínea c) do nº.7 do artº.64º da Lei nº.169/99 de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei nº.5-A/2002 de 11 de Janeiro, em conjugação com o artigo 10º da Lei nº.168/98 de 18 de Setembro, **a Câmara Municipal propõe requerer, à Assembleia Municipal de Borba, a declaração de utilidade pública para expropriação** com carácter de urgência e autorização de posse administrativa dos seguintes prédios rústicos:-----

a) Prédio rústico denominado “Olival Alto do Bosque”, com a área de 8.250 m², inscrito na freguesia matriz, sob o artigo n.º.139, secção F, descrito na Conservatória do Registo Predial de Borba com o número 02270/030305, de que são proprietários os senhores Gonçalo Lopes da Costa de Ramos e Costa, Maria do Carmo Serrano de Ramos e Costa e Alexandra Lopes da Costa de Ramos e Costa Paes Afonso.-----

. Prevê-se o encargo de 4.950.00 Euros com a expropriação, conforme relatório do perito constante da lista oficial de peritos do Tribunal da Relação de Évora, datado de 14/09/04.-----

. O prédio a adquirir localiza-se dentro do Plano de Pormenor do Alto dos Babelos, actualmente em revisão.-----

b) Prédio rústico denominado “Carrascos”, com a área de 5.000 m², inscrito na freguesia matriz, sob o artigo n.º.178, secção F, descrito na Conservatória do Registo Predial de Borba sob o número 01236/960402, de que são proprietários os senhores Carlos Alberto Franco de Brito Caiado, Maria Sara Franco Brito Caiado de Figueiredo, João Franco de Brito Caiado, José António Franco Brito Caiado e Maria Raquel Franco Caiado Coelho Guerreiro.-----

. Prevê-se o encargo de 3.000,00 Euros com a expropriação, conforme relatório do perito constante da lista oficial de peritos do Tribunal da Relação de Évora, datado de 14/09/04.-----

. O prédio a adquirir localiza-se dentro do Plano de Pormenor do Alto dos Babelos, actualmente em revisão.-----

Relativamente à proposta apresentada o vereador Joaquim Serra referiu ter muitas dúvidas da possibilidade de se proceder, nesta altura, a este pedido de emissão para Declaração de Utilidade Pública, à Assembleia Municipal, e que o mesmo não possa ser impugnado em Tribunal, uma vez que o Plano de Pormenor está ainda numa fase de Revisão. Basta invocarem, em tribunal, que é necessário saber o que o Plano de Pormenor prevê para aquela zona para se poderem pronunciar e, assim, o processo não terá seguimento.-----

Entretanto o Sr. Presidente esclareceu que os proprietários do terreno, descrito na alínea a), referiram não estar interessados em vender.-----

Contudo o vereador Joaquim Serra entende que embora não estejam interessados em vender podem ter interesse em lotear. Entende também que para a Câmara pedir a Utilidade Pública tem que ser reconhecido que da outra parte há indisponibilidade para fazer cumprir o Plano de Pormenor. “Mas isso é referido na carta que foi enviada – referiu o Sr. Presidente.” Disse ainda que a proposta é no sentido de avançar com o pedido de declaração de utilidade pública para pressionar os proprietários.-----

Entretanto o Sr. Presidente colocou a proposta à votação tendo sido deliberado, por maioria, com três votos a favor e duas abstenções a sua aprovação. Os eleitos da CDU fundamentaram: “estamos de acordo com o

princípio da expropriação através da declaração de utilidade pública das parcelas de terreno que inviabilizem a execução dos instrumentos de planeamento. Contudo, neste momento, parece-nos não haver total sustentabilidade jurídica para preparar este pedido de declaração de utilidade pública, razão pela qual a CDU se abstém.”-----

PONTO 2.6 – CONTRATO DE COMODATO-----

Previamente distribuído por todos os eleitos, esteve presente a minuta do Contrato de Comodato a celebrar entre a Câmara Municipal de Borba e a Igreja Paroquial da Freguesia Matriz (Nossa Senhora das Neves do Sobral), que tem por objectivo a cedência de um prédio urbano sito em Alcaraviça-Orada, por parte do Comodante (Município de Borba) destinado a Centro Paroquial.-----

Propõe-se a aprovação da referida minuta do Contrato de Comodato que depois de assinado ficará cópia anexa a esta acta dela fazendo parte integrante.-----

Entretanto o Sr. Presidente esclareceu que o prédio em causa é contíguo à Igreja da Alcaraviça e está a começar a atingir um estado de degradação. Houve, então, uma reunião com as Paróquias de Borba que estariam interessadas em recuperar aquele imóvel e dar-lhe alguma utilidade. A Câmara também pensou que isto poderia vir a beneficiar alguma população da Alcaraviça, utilizando este espaço em várias actividades, e a situação foi equacionada com as Paróquias de Borba. O objectivo é celebrar este contrato de comodato entre as Paróquias e o Município no sentido de se realizarem as obras para esse benefício.-----

Usou da palavra o vereador Joaquim Serra referindo que ficou um pouco surpreendido com esta proposta, atendendo ao imóvel que é, uma vez que junto à própria Igreja da Alcaraviça, existe um imóvel, ex-propriedade da Igreja, imóvel esse que está também em estado de degradação e, que poderia muito bem numa colaboração com a Câmara e com as Paróquias ser recuperado e vir a ter esta actividade.-----

Entretanto o Sr. Presidente esclareceu que, o que está previsto é a recuperação da Igreja, do imóvel que está contíguo à Igreja, se for possível, e ao mesmo tempo deste espaço que começa a atingir um estado avançado de degradação. Mas a ideia, no fundo, é proceder a uma recuperação total, em que o Município estará envolvido nessa recuperação, cujo objectivo é ocupar todo aquele espaço, antes que atinja um maior estado de degradação e não possa ser recuperado por administração directa o que traria grandes encargos. Mas, é óbvio que, essa questão está equacionada.-----

Entretanto o Sr. Presidente colocou a proposta à votação tendo sido deliberado, por maioria, com três votos a favor e duas abstenções (por parte dos eleitos da CDU) aprovar a minuta do Contrato de

Comodato.-----

PONTO 2.7 – REGRAS GERAIS PARA A CEDÊNCIA DE EXPLORAÇÃO DO RESTAURANTE SITO NO JARDIM MUNICIPAL

Previamente distribuídas por todos os eleitos, estiveram presentes as regras gerais para cedência de exploração do restaurante sito no Jardim Municipal, que depois de analisadas e feitas algumas correcções sugeridas pelo vereador, eleito pela CDU, Joaquim Serra, relativamente aos pontos 11 e 15 do documento, foi deliberado por maioria, com três votos a favor e duas abstenções a sua aprovação.-----

Votaram favoravelmente os eleitos pela PS, abstiveram-se os vereadores eleitos pela CDU.-----

Ficará cópia das mesmas anexas a esta acta dela fazendo parte integrante.--

PONTO 2.8 – RECTIFICAÇÃO AO PROGRAMA DE CONCURSO DO CONCURSO PÚBLICO PARA A EMPREITADA DE AMPLIAÇÃO DO MERCADO MUNICIPAL

Esteve presente uma informação técnica relativamente ao ponto em causa referindo o seguinte: “Depois do pedido de esclarecimento solicitado por varias empresas relativamente ao ponto III.2.1 a) do programa de concurso público para ampliação do Mercado municipal de Borba e tendo-se em consideração o ponto 1 do artº 31 do D.L.12/2004 de 9 de Janeiro, recomenda-se que seja feita uma alteração a esse ponto do programa de concurso de modo a enquadra-lo mais explicitamente na legislação em vigor.-----

Assim propõe-se que, no ponto em questão, seja feita a seguinte rectificação: onde se lê “a) Da 1.^a, 2.^a, 4.^a, 5.^a, 6.^a e 8.^a subcategoria da 1.^a categoria, 1.^a, 7.^a e 8.^a subcategoria da 4.^a categoria e 1.^a e 11.^a subcategoria da 5.^a categoria em classes correspondentes ao valor da proposta.”; **deve ler-se: “a) 1.^a subcategoria da 1.^a categoria da classe que cubra o valor total da proposta.-----**

b) 2.^a, 4.^a, 5.^a, 6.^a e 8.^a subcategoria da 1.^a categoria, 1.^a, 7.^a e 8.^a subcategoria da 4.^a categoria e 1.^a e 11.^a subcategoria da 5.^a categoria em classes correspondentes à parte dos trabalhos a que respeitam.”-----

Com a alteração do programa de concurso, terá de se prever também a alteração das datas em alguns dos pontos.-----

Assim ter-se-á;-----

IV.3.2) Condições para obtenção de documentos contratuais e adicionais-----

Data limite de obtenção – 15 dias a contar da publicação do anúncio no Diário da República-----

IV.3.3) Prazo para recepção de propostas ou pedidos de participação

18/11/2004-----

IV.3.7) Condições de abertura das propostas-----

IV.3.7.2) Data, hora e local-----

19/11/2004-----

Analisada a proposta, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, a sua aprovação.-----

PONTO 2.9 – ALTERAÇÃO ÀS SEGUINTE DELIBERAÇÕES CAMARÁRIAS:-----

a) Deliberação de 07 de Julho de 2004 (Ponto 2.3 – Aquisição de Terreno)-----

Tendo em conta que ainda não se efectuou a escritura de compra e venda da aquisição da parcela de terreno, ao Sr. João Pereira Pires, com a área de 7.532 m2, a destacar da parte rústica do prédio misto denominado “Ruivinha”, inscrito na matriz cadastral da freguesia de Rio de Moinhos sob o artigo 176º da secção F, descrito na Conservatória do Registo Predial de Borba com o número 01124/040607, pelo valor de 112.229,52 Euros, a **Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a seguinte alteração na forma de pagamento:**-----

. 25% no acto da escritura, podendo a Câmara intervir de imediato;-----

. 15% - 3 meses após a assinatura da escritura;-----

. 25% - 7meses após a assinatura da escritura;-----

. 20% - 10 meses após a assinatura da escritura;-----

. 15% - 13 meses após a assinatura da escritura.-----

b) Deliberação de 23 de Abril de 2004 (Ponto 21.12 – Aquisição de Parcela de Terreno)-----

Tendo em conta que ainda não se efectuou a escritura de compra e venda da aquisição da parcela de terreno, à Santa Casa da Misericórdia de Borba, destinada à construção do futuro Centro de Saúde de Borba, com a área de 3.600 m2 a destacar do logradouro do prédio urbano sito na “Quinta da Prata”, inscrito na freguesia Matriz sob o artigo n.º 2995, descrito na Conservatória do Registo Predial de Borba sob o n.º 02155/010731, pelo

valor de 87.289,64 Euros, a **Câmara Municipal de Borba, deliberou, por unanimidade, aprovar a seguinte alteração quanto à forma de pagamento:**-----

- . 10% - na data da escritura;-----
- . 15% - 2 meses após a assinatura da escritura;-----
- . 25% - 5 meses após a assinatura da escritura;-----
- . 25% - 9 meses após a assinatura da escritura;-----
- . 25% - 12 meses após a assinatura da escritura.-----

Relativamente a este ponto o vereador Joaquim Serra perguntou ao Sr. Presidente se a figura que a Santa Casa da Misericórdia vai utilizar é o destaque e, se isso, é possível. O Sr. Presidente respondeu que é o destaque e que o mesmo é possível.-----

PONTO 2.10 – ACTIVIDADES DA CÂMARA-----

Concurso Público para venda de Lotes de terreno destinados a habitação própria e permanente de jovens:-----

Informa-se que foi atribuído, em 02 de Setembro de 2004, o Lote nº.2.7, sito no Loteamento Habitacional da Nave – Nora, aos candidatos Artur Alexandre Alcaria Letras e Águeda Sofia Lopes Papança, pelo valor de 9.800 Euros.-----

Anulação das facturas nºs. 35/90 de 18/05/1990 e 58/90 de 25/06/1990--

Foi efectuada uma vistoria pelos serviços de fiscalização da Câmara Municipal que refere o seguinte:-----

“Por solicitação dos Serviços de Contabilidade da C.M. de Borba, deslocaram-se os serviços de fiscalização desta mesma autarquia no passado dia 30/06/2004 ao local abaixo mencionado afim de averiguarem o exposto no assunto, tendo comparecido o Sr. Alexandre Rosado Serrachino.-----

A vistoria foi efectuada, tendo-se verificado o seguinte:-----

- O Sr. Manuel Alexandre Rosado Serrachino referiu-nos que em 1990 lhe foi prestado um serviço de máquinas desta autarquia (facturas 35/90 de 18/05/1990 e 58/90 de 25/06/1990) para se efectuar uma escavação de um lote da sua propriedade, sito no Loteamento do Outeiro da Cruz de Coelho, lote 4 – Rio de Moinhos, para implantar uma moradia a que corresponde o processo de obras nº.28/93 de 11/03/1993, e para demolição de um prédio urbano propriedade também do mesmo, que a C.M. de Borba chegou a acordo com ele para poder prolongar/abrir a Rua da Boavista, em Rio de Moinhos. Tal prestação do serviço de máquinas seria efectuada de uma forma gratuita, por compensação da demolição do referido prédio urbano.--

Como tal, verificou-se no local, a existência da abertura da Rua da Boavista no local onde existia o prédio urbano que foi demolido para esse efeito.”---
Face ao exposto, e tendo em conta a informação jurídica, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, anular as facturas n.ºs. 35/90 de 18/05/1990 e 58/90 de 25/06/1990, uma vez que os serviços constantes das mesmas foi efectuado por compensação (art.º.847 do Código Civil.-----

Neste ponto da Ordem de trabalhos o Vereador Humberto Ratado, relativamente aos seus pelouros, prestou as seguintes informações:----

- ✓ Participação na reunião extraordinária da Comissão Regional da Região de Turismo.-----
- ✓ Reunião do Núcleo Executivo de Rede Social com a participação da nova técnica que representa Borba no ISSS em Lisboa, Dr^a Paula.----
- ✓ Participação na reunião do Agrupamento de Escolas para arranque do ano lectivo, nomeadamente, Pré-Escolar e também no Jardim de Infância da Nora.-----
- ✓ Preparativos e reuniões para a realização da Festa da Vinha e do Vinho.-----
- ✓ Participação em reuniões de Parceiros no âmbito do PIC para tratar a problemática da etnia cigana.-----

O Vereador Artur Pombeiro informou o restante executivo das actividades relativas aos seus pelouros:-----

- ✓ Reparação da Azinhaga do Cemitério.-----
- ✓ Continuação das obras do Jardim Municipal ainda a ritmo mais lento, tendo em conta que ainda se encontra pessoal de férias.-----
- ✓ Continuação dos Trabalhos de Remodelação da Rede de Águas da Nora – estão quase concluídas todas as condutas na Av. principal, faltando os ramais.-----
- ✓ Av. dos Bombeiros Voluntários de Borba – foram já colocadas as tubagens para os sumidouros e está a proceder-se à aplicação do lancil.-----
- ✓ Loteamento do Forno-Orada – já se procedeu à instalação do PT e está em fase de conclusão a questão dos telefones. Surgiu, agora, uma situação que se prende com uns metros de passeio que não constam em projecto, tendo que se proceder ao enchimento do terreno para se poder fazer o passeio.-----

O Senhor Presidente informou que, para além das actividades normais de funcionamento e gestão, desde a última reunião de Câmara participou:-----

- ✓ Na cerimónia de despedida do Comandante do Regimento de Cavalaria 3 de Estremoz, Coronel Crespim Gomes, que foi para Marrocos.-----
- ✓ Numa reunião com o Alcaide de Albuquerque e com o Presidente do IPJ no âmbito do INTERREG.-----
- ✓ Vai participar hoje, num jantar de trabalho com os autarcas do Distrito e o Sr. Secretário de Estado, a convite do Sr. Governador Civil. Não foi informado sobre a ordem de trabalhos, por isso, na próxima reunião de Câmara informará sobre o assunto.-----

Entretanto o Sr. Vereador Vicente Ermitão colocou a seguinte questão:

“A que se deve a má qualidade da água, na freguesia de Orada, que a maior parte das vezes quando se abre uma torneira sai completamente barrenta. O vereador Artur Pombeiro respondeu que ainda não tinha tido conhecimento dessa questão, ou seja, a técnica ainda não o informou. Contudo, na sua opinião, se a água aparece barrenta, poderá dever-se a à existência de alguma rotura. Informou também, que houve uma situação idêntica em Borba, ou seja, quando se instalou a conduta na Rua dos Correios, e alguns dos residentes, nomeadamente o Sr. Letras da Residencial Vila Borba, queixou-se também que a água saiu barrenta tendo mesmo chegado a estragar-lhe as toalhas que, na altura, estavam a ser lavadas na máquina de lavar roupa. O vereador Artur, acrescentou que vai ver esta situação com a técnica para tentar saber se ela tem conhecimento desta questão, para que na próxima reunião de Câmara possa trazer um duplicado das análises da água.-----

. O vereador Artur Pombeiro transmitiu ao vereador Joaquim Serra que relativamente ao que lhe pediu na última reunião de Câmara (valor mensal estimado no aluguer de máquinas e transportes) já está a ser tratado e pensa entregar-lhe na próxima reunião.-----

. Também o Sr. Presidente entregou ao vereador Joaquim Serra alguns dos elementos que este lhe solicitou na última reunião, nomeadamente, carta de zonamento do Plano de Pormenor da Zona Industrial do Alto dos Bacelos e da Unor 2.-----

. Entretanto o vereador Joaquim Serra referiu que estão ainda em falta alguns dos elementos que solicitou, nomeadamente:-----

- ✓ Processo que deu origem à emissão do alvará do Loteamento do Bairro 1º de Maio.-----
- ✓ Listagem do pessoal que se encontra em situação de recibo verde, quais os montantes que recebem e as funções que desempenham.-----

Antes de dar a reunião por encerrada, o Sr. Presidente procedeu à leitura da minuta da acta que, foi aprovada por unanimidade e, ficará anexa a esta acta dela fazendo parte integrante.-----

-----**ENCERRAMENTO**-----

Por não haver mais nada a tratar o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião, pelas dezasseis horas e trinta minutos, da qual se lavrou a presente acta, composta por trinta e cinco páginas que vai ser assinada pelo Presidente e por mim, Aldina Vitória Bilro Vinhas do Maio, Assistente Administrativa Especialista.-----